Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira (AEPPN)

"Ser feliz numa escola humanista, inclusiva e com qualidade"

Índice

1. Introdução 3
2. Caracterização Geral do Agrupamento 4
2.1. Integração Geográfica, Económica e Social do Concelho de Olhão 4
2.2. O Patrono 5
3. O Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira 6
4. Estrutura organizacional e funcional do AEPPN 8
5. Diagnóstico 8
5.1. Organizacional 8
6. Visão, Missão e Valores 11
6.1 Visão 11
6.2 Missão 12
6.3 Valores 12
7. Metas Gerais 13
7.1. Objetivos estratégicos do Agrupamento 14
8. Operacionalização do PE 16
8.1 Instrumentos de Operacionalização 16
9. Orientação estratégica 19
10. Divulgação 24
11. A monitorização e avaliação do projeto educativo do Agrupamento 24
12. Parecer e Aprovação 24

1. Introdução

Ainda que não possamos mudar o vento, podemos sempre ajustar as velas do barco para chegarmos onde queremos (Confúcio).

Atualmente, a escola configura-se como uma instituição educativa complexa que engloba diversos elementos interativos, visando alcançar com êxito e qualidade o processo de aprendizagem dos alunos. Nesse cenário, o estilo de liderança da diretora e suas estratégias de ação desempenham um papel crucial na efetivação do serviço público de educação, reconhecido pela sua qualidade e excelência.

Diante das inúmeras mudanças sociais, económicas e políticas, a sociedade exige uma abordagem renovada na estrutura organizacional das escolas para enfrentar essas transformações. Assim, para atender às demandas da sociedade, é essencial adotar uma perspectiva de gestão escolar participativa, onde toda a comunidade escolar tenha igualdade de oportunidades para expressar opiniões e tomar decisões. Isso implica na efetivação de um trabalho colaborativo em equipe integrado a uma liderança democrática (Becker, Souza, Pardal & Silva, 2017).

Assegurar que todos os alunos, independentemente de suas origens e contextos, alcancem aprendizagens de qualidade e significativas requer, entre outros aspectos, que os professores e líderes escolares estejam tão bem preparados quanto possível. Isso implica reconhecer e aplicar o currículo como um espaço de inclusão e promoção da equidade, alinhado com as mudanças nas políticas educacionais expressas nos regulamentos vigentes.

No quadro normativo em vigor, o AEPPN é desafiado a uma transformação contínua, que deverá encontrar, em cada passo, soluções: organizativas; pedagógicas e tecnológicas consentâneas com as mudanças contextuais e os desafios da educação em Portugal, a saber:

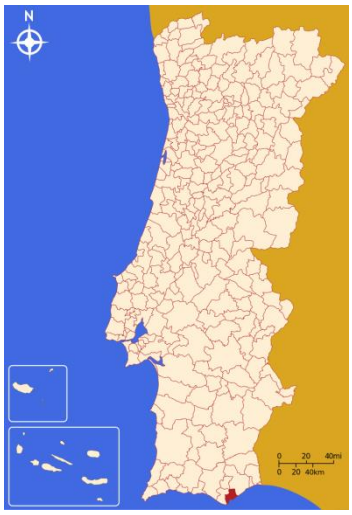
- Municipalização da Educação:
- Inclusão;
- Interculturalidade e Migrações;
- Inovação e Digitalização;
- Cidadania;
- Recuperação das aprendizagens.

Neste contexto, o Projeto Educativo é um instrumento identitário da Escola que se reveste de grande importância porque estabelece as linhas orientadoras e as metas a serem alcançadas no âmbito do ensino e da educação. Reflete a visão, missão e valores da Diretora, além de definir as estratégias e ações para que todos/as os/as alunos/as acedam a uma educação de qualidade que contribua para o seu bem-estar e formação. O propósito é promover uma formação integral de indivíduos críticos e reflexivos capazes de abraçar, com conhecimento, no exercício pleno de uma cidadania participativa e responsável, vencendo os desafios presentes e futuros.

Neste sentido, urge construir uma cultura de inclusão materializada na diversificação da oferta educativa e formativa, alicerçada em práticas pedagógicas inovadoras intencionais, diferenciadas e diferenciadoras, com reflexo nos diferentes indicadores de qualidade e equidade, nos resultados académicos externos e nas opções futuras de formação, quebrando muitas das barreiras, pessoais, culturais e sociais que estão, tantas vezes, na retaguarda dos alunos e que os impedem de ir mais longe.

2. Caracterização Geral do Agrupamento

2.1. Integração Geográfica, Económica e Social do Concelho de Olhão



O Município de Olhão, um dos dezasseis municípios do distrito de Faro, ocupa uma área total de aproximadamente 130 Km2 e fica situado no Sotavento Algarvio, inserindo-se nas sub-regiões morfológicas do Barrocal e do Litoral a Nascente e a Norte

com o concelho de Tavira, a Poente com o concelho de Faro e a Sul com o Oceano Atlântico. O concelho de Olhão é constituído por quatro freguesias: Olhão, União de Freguesias de Moncarapacho e Fuzeta, Pechão e Quelfes.

O Concelho possui uma economia diversificada, com destaque para o turismo, a pesca e a agricultura. A proximidade com o mar favorece a atividade piscatória, enquanto o turismo impulsiona a economia local, especialmente durante os meses de verão. O agrupamento está inserido nesse contexto económico, preparando os alunos para as oportunidades e desafios que surgem nas diversas áreas profissionais.

A cidade de Olhão está situada no sul de Portugal, na região do Algarve. Como parte desta região, o agrupamento está imerso em um ambiente de beleza natural, com praias deslumbrantes, clima mediterrâneo e uma rica diversidade de flora e fauna. A localização geográfica também influencia a vida dos alunos, proporcionando oportunidades para atividades ao ar livre e educação ambiental.

A comunidade é caracterizada pela sua diversidade social e cultural. O Agrupamento reflete essa diversidade, acolhendo alunos de diferentes origens étnicas, socioeconómicas e culturais. Essa diversidade enriquece o ambiente educativo, promovendo a tolerância, o respeito mútuo e a aprendizagem intercultural.

Em resumo, o Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira, em Olhão, integra-se harmoniosamente no contexto geográfico, económico e social do concelho, procurando proporcionar aos alunos uma educação de qualidade que os prepare para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

2.2. O Patrono

João Viegas de Paula Nogueira nasceu em Olhão, a 10 de junho de 1859, filho de João Viegas Nogueira e Joaquina Paula Nogueira, e morreu em Lisboa a 16-12-1944.

Paula Nogueira era descendente de uma família modesta, tendo contribuído com os seus magros proventos, quando estudante, com os escassos recursos obtidos em lições e explicações. Logo, ainda na juventude, eram admiradas as suas judiciosas observações, os conhecimentos revelados sobre literatura, arte, ciências, dotes que se rotulavam de invulgares, para a

idade e o nível de educação recebidos. A boa aceitação do incipiente estudante nos meios intelectuais de Olhão, onde residia, justifica o convite a Paula Nogueira para conferente, numa sessão comemorativa de Camões e, logo, a atribuição de subsídios para frequentar, em Lisboa, o ensino da sua preferência - o Instituto Geral de Agricultura, onde se diplomou em medicina veterinária, em 1886.

Como professor, dedicou-se especialmente a trabalhos bacteriológicos e a vacinas para gado, tendo publicado vários documentos. Quando se reformou, por ter atingido o limite de idade, em 1929, foi-lhe conferido o título de Diretor Honorário da Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa. Ao laboratório da escola sede do Agrupamento foi dado, como homenagem ao grande bacteriologista, o nome de laboratório Paula Nogueira.

3. O Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira

O Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira é, desde o dia 3 de julho de 2012, sede do Agrupamento de uma agregação escolar, sendo constituído pelas seguintes escolas.

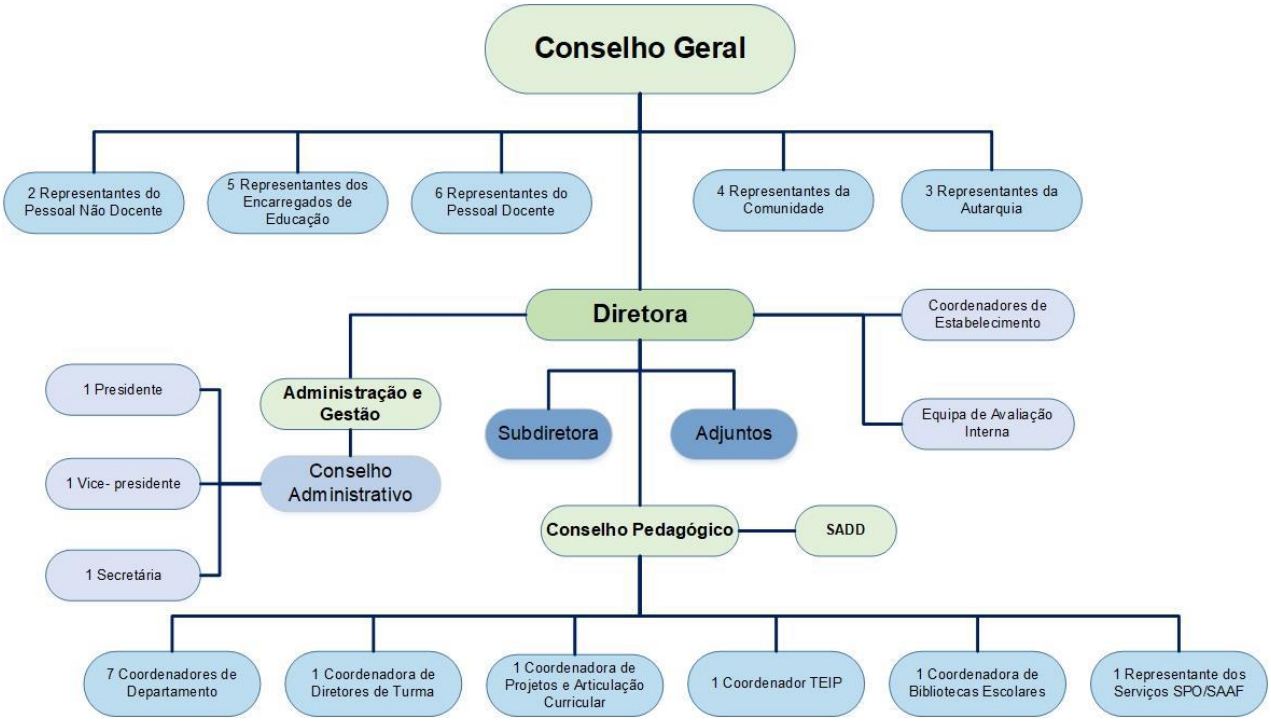
Designação Unidade Orgânica			
Cód.ME UO 1415191 - Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira			
Cód.ME Escola	***Designação Escola***	***Nível de educação/ensino***	***Morada***
260046	Escola Básica n.º 4 de Olhão	Educação Pré-escolar e 1º CEB	Estrada Nacional 125
342830	Escola Básica Professor Paula Nogueira **Escola sede**	2º e 3º CEB	R. da Comunidade Lusíada
624147	Jardim de Infância de Pechão	Educação Pré-escolar	Pechão
262985	Escola Básica Professor José Mariano Gago	1º CEB	Sítio da Igreja
260058	Escola Básica n.º 5 de Olhão	1º CEB	R. João de Jesus Ventura
624147	Jardim de Infância de Pechão	Educação Pré-escolar	Pechão

Designação Unidade Orgânica			
Cód.ME UO 1415191 - Agrupamento de Escolas Professor Paula Nogueira			
262985	Escola Básica Professor José Mariano Gago	1º CEB	Sítio da Igreja
208840	Escola Básica de Brancanes	1º CEB	Brancanes
267545	Escola Básica de Quelfes	Educação Pré-escolar e 1º CEB	Largo 25 de Abril
342373	Escola Básica José Carlos da Maia	Educação Pré-escolar, 1º, 2º e 3º CEB	Rua João Augusto Saias

População Escolar (dados de 2023-2024)

Alunos	*Pessoal Docente*	*Pessoal Não Docente*
Total AEPPN	Total AEPPN	Total AEPPN
1959	**232**	**107**
Educação Pré-Escolar	Educação Pré-Escolar	Assistentes Operacionais
259	**21**	**83**
1º CEB	1º CEB	Assistentes Técnicos
718	**52**	**17**
2ºCEB	2ºe 3ºCEB	Técnicos Especializados
371	**134**	**7** Psicólogos- 5 Técnica Social -1 Terapeuta da Fala - 1
3ºCEB	Ed. Especial	
596	**25**	
Migrantes		
23 Nacionalidades **206 alunos**		
2 CAA na valência especializada de Unidade de Multideficiência		
13		
ASE		
418 – Escalão A **319 – Escalão B**		

4. Estrutura organizacional e funcional do AEPPN



5. Diagnóstico

5.1. Organizacional

O diagnóstico infra apresentado foi elaborado com referência aos seguintes documentos: o relatório de autoavaliação 2021/2022, o relatório da avaliação externa das escolas 2021-2022, o relatório da avaliação externa das escolas "gestão do currículo: ensino experimental das ciências 2018-2019", ambos os relatórios elaborados pela inspeção-geral da educação e ciência (IGEC). Foram também considerados os dados do infoescolas 2020/2021.

○ Pontos fortes	○ Áreas de Melhoria ○ (Pontos Fracos)
○ Adesão a diversas iniciativas nacionais em distintas áreas. ○ Desenvolvimento de projetos, de âmbito nacional e internacional, e de parcerias com as entidades da comunidade envolvente. ○ Os vários documentos de planeamento ancorados no Programa TEIP, no PASEO, na ENEC e nos restantes referenciais curriculares. ○ Os critérios de gestão e organização dos grupos e das turmas estão explicitados nos documentos estruturantes. ○ Os recursos internos existentes e os disponíveis na comunidade são mobilizados numa lógica de eficiência e bem-estar coletivo. ○ Articulação com o Centro de Formação Ria Formosa. ○ Relacionamento de cooperação e colaboração com as entidades locais. ○ Investimento na requalificação dos espaços e equipamentos escolares. ○ Distribuição das salas específicas e laboratórios nas disciplinas de Ciências Naturais e de Físico-Química. ○ Programa TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária). ○ Desenvolvimento de Plano de Inovação ○ Plano de Desenvolvimento Pessoal e Social e Comunitário. ○ A participação da Associação de Pais que atua de forma proactiva em articulação com a direcção. ○ Plano Anual de Atividades diversificado e dinâmico. ○ Construção de uma cultura de inclusão materializada numa atuação concertada entre docentes, técnicos, famílias e	○ Consolidar o trabalho colaborativo nas várias estruturas de liderança - planeamento e gestão curricular e avaliação da eficácia das práticas pedagógicas. ○ Reestruturar os documentos orientadores internos face ao elevado número existentes e dispersão da informação. ○ Assegurar nos documentos de planeamento pedagógico, a implementação de experiências de aprendizagem intencionais e significativas que impliquem trabalho prático - experimental, laboratorial e de campo. ○ Consolidar uma atuação assente no diálogo, na motivação, na assunção de responsabilidades com todas as estruturas pedagógicas, com a associação de pais e demais parceiros comunitários. ○ Incentivar a frequência de ações de formação e criar oportunidades de disseminação interna das atividades de formação. ○ Reforçar o trabalho colaborativo efetivo entre docentes na preparação e desenvolvimento das atividades pedagógicas. ○ Reforçar e efetivar a articulação horizontal e vertical do currículo e o desenvolvimento, transversal, de metodologias ativas e desafiadoras. ○ Incentivar e reforçar a participação das famílias na vida escolar quer através de projetos, quer por iniciativas propostas. ○ Instituir mecanismos sistemáticos e intencionais de aprendizagem e

○ Pontos fortes	○ Áreas de Melhoria ○ (Pontos Fracos)
parceiros de intervenção social e comunitária. ○ Alterações introduzidas na gestão dos recursos humanos, em prol da educação inclusiva, nos processos de ensino e de aprendizagem- ex: apoios pedagógicos personalizados (coadjuvação) e explicotecas, e na gestão curricular, com a criação do Tempo Turma e a organização semestral de disciplinas. ○ Definição clara dos critérios gerais de avaliação, classificação e progressão divulgados aos interessados e coerentes com os princípios de uma avaliação pedagógica. ○ Processos sistemáticos e abrangentes de recolha e análise de informação a nível organizacional e pedagógico, articulados com os documentos estruturantes da ação educativa (plano plurianual de melhoria TEIP), com auscultação da comunidade sobre o funcionamento organizacional e pedagógico. ○ Planeamento estratégico da autoavaliação suportado nos objetivos, metas e indicadores definidos internamente, e no quadro de referência da avaliação externa das escolas. ○ Resultados da autoavaliação como suporte de reflexão nos órgãos e estruturas pedagógicas, com efeitos na gestão de recursos em prol da educação inclusiva, nos processos de ensino e de aprendizagem e na organização curricular.	regulação entre pares e pelas lideranças das práticas educativas e letivas em contexto de sala de atividades/aula que permitam o questionamento e reflexão (intervisão). ○ Garantir que o sucesso dos alunos também se reflete na melhoria da qualidade das aprendizagens para que os resultados académicos dos alunos se aproximem ou superem os valores médios nacionais quando comparados com alunos do país com perfil semelhante (dados do Infoescolas). ○ Intensificar estratégias que contribuam para aumentar a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso e reduzir as assimetrias observadas entre as diferentes escolas do Agrupamento. ○ Aprofundar a reflexão sobre os fatores internos de insucesso, no sentido de tornar mais eficazes as medidas implementadas e dirimir as desigualdades decorrentes de fatores externos. ○ Melhorar os resultados académicos internos e externos assim como os indicadores sociais, de inclusão de bem-estar. ○ Incrementar a generalização de boas práticas pedagógicas e todos os níveis de educação e ensino, promotoras do desenvolvimento das competências consignadas no PASEO e da melhoria das aprendizagens curriculares. ○ Aprofundar a articulação entre os diferentes procedimentos de autoavaliação, de forma a construir um modelo mais integrador, assegurar maior rigor e sentido crítico nesses processos e

○ Pontos fortes	○ Áreas de Melhoria ○ (Pontos Fracos)
	aumentar o seu impacto na tomada de decisões. ○ Intensificar as estratégias que contribuam para a apropriação, por parte de toda a comunidade, de uma cultura de autorregulação e (re)orientação sistemática das práticas pedagógicas, de modo a fomentar a eficácia da ação educativa.

6. Visão, Missão e Valores

6.1 Visão

Agrupamento de escolas inclusivo como uma única organização social aprendente, com pensamento e ação estratégia holística e sustentável, assente em parcerias, gerador de um serviço educativo de qualidade e de referência, onde cada criança e jovem se sinta feliz.

Um agrupamento de escolas que atenda ao facto de escolas enquanto organizações sociais e aprendentes só sobreviverem com diálogo, liberdade de ideias e opiniões, colaboração, cooperação, partilha e corresponsabilização de uma forma sincera e livre de preconceitos.

A ação educativa do AEPPN deve ambicionar ser eficaz na promoção da inclusão e na qualidade das aprendizagens proporcionada às crianças e jovens permitindo que os resultados por eles alcançados não dependam da condição social, da nacionalidade, do sexo ou da orientação sexual, da religião que professam ou de quaisquer outros fatores e variáveis que, segundo a pesquisa empírica, perturbam ou favorecem o sucesso educativo.

6.2 Missão

Formar cidadãos felizes, críticos/reflexivos do seu tempo e da sua realidade, capazes de projetar o futuro atendendo aos desafios constantes do conhecimento e da globalização.

Um agrupamento de escolas que privilegia a formação humanista, científica, técnica, tecnológica e artística dos alunos nas diferentes áreas do saber, cumprindo assim as metas previstas nos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 2030.

A prevenção do abandono escolar, do insucesso e a melhoria significativa da qualidade das aprendizagens assenta no conceito de "os alunos como pessoas, dignos de consideração e de confiança, o acreditar no valor e no potencial de cada aluno, na sua capacidade para assumirem responsabilidades, para resolverem os seus problemas e para se aperfeiçoarem" (Santos, 1985). Assim, importa pugnar por um agrupamento que, em sinergia com a comunidade, preste um serviço público de educação de qualidade e contribua para o envolvimento e o bem estar de todos (alunos, professores, assistentes operacionais, técnicos, famílias, encarregados de educação e parceiros comunitários) na promoção da formação integral de indivíduos críticos e reflexivos capazes de abraçar, com conhecimento, e no exercício pleno de uma cidadania participativa e responsável, os desafios presentes e futuros.

6.3 Valores

Eleger o humanismo, a empatia, o compromisso, a responsabilidade, o conhecimento, a inovação, a qualidade, a liberdade, o respeito, a criatividade, a inclusão, a equidade, o espírito crítico, a cooperação/colaboração e a confiança e como valores estruturantes de uma educação para a cidadania democrática.

Neste sentido, importa que a comunidade educativa integre na sua cultura práticas e atitudes que consubstanciam estes valores em linha com os princípios gerais de ética estabelecidos por lei, nomeadamente os da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, proporcionalidade, transparência e boa-fé.

7. Metas Gerais

As metas que o AEPPN se propõe atingir são:

- Implementar novas opções pedagógicas e organizacionais, em estrita parceria/colaboração e cooperação com as entidades locais e as estruturas do ME, que, adequadas ao contexto populacional e em torno dos conceitos de inclusão e de equidade (PASEO), são conducentes à recuperação das aprendizagens (AE), à prestação de um serviço educativo inclusivo de qualidade em todas as dimensões do desenvolvimento das crianças e jovens e ao bem-estar de todos os intervenientes educativos.
- Melhorar a qualidade das aprendizagens realizadas pelos alunos, através de práticas pedagógicas inovadoras intencionais, diferenciadas e diferenciadoras, com reflexo nos diferentes indicadores de qualidade e equidade, nos resultados académicos externos e nas opções futuras de formação, quebrando muitas das barreiras pessoais, culturais e sociais que estão, tantas vezes, na retaguarda dos alunos e que os impedem de ir mais longe.
- Apostar nas relações interpessoais profissionais com base humanista, geradoras de relacionamentos saudáveis e duradouros promotores do autoconhecimento, do reconhecimento, do respeito pela pessoa humana, da empatia, da confiança, da satisfação e do bem-estar de todos os envolvidos.
- Criar uma verdadeira cultura de Agrupamento como organização social aprendente que trabalha colaborativamente, articula entre as diferentes escolas, níveis e anos de educação e ensino nas diferentes áreas curriculares, estabelece parcerias, reflete criticamente e aprende sobre a sua ação com vista ao cumprimento de objetivos comuns alicerçados nos normativos de educação em vigor.
- Integrar redes locais, regionais, nacionais e internacionais de aprendizagem e melhoria de práticas educativas de âmbito organizacional e pedagógico que contribuam para uma visão de futuro que projeta a educação para a cidadania democrática.
- Garantir uma monitorização constante dos resultados e dos impactos das ações que se desenvolvem e nos hábitos de colaboração e de reflexão que conduzem a processos de melhoria constante, gerindo de forma equilibrada e adequada os

recursos disponíveis e dando oportunidade de desenvolvimento profissional aos seus educadores, professores, técnicos e assistentes operacionais.

7.1. Objetivos estratégicos do Agrupamento

Face às metas definidas foram definidos como os objetivos estratégicos nas quatro áreas prioritárias de intervenção:

Liderança e Gestão

- Implementar um modelo de liderança assente num compromisso estratégico integrador e holístico mobilizador da comunidade educativa.
- Promover o compromisso coletivo na prossecução da missão, das metas, dos valores e dos objetivos delineados com reforço no trabalho colaborativo e cooperativo e na intencionalidade pedagógica das decisões.
- Garantir uma gestão eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros, através da rentabilização dos meios disponíveis em estrita colaboração com as entidades competentes: Município/Autarquia, DGEstE e demais estruturas do ME.
- Promover uma contínua formação do pessoal docente e não docente como resposta coletiva às necessidades educativas do Agrupamento

Prestação do Serviço Educativo

- Continuar a apostar na diversificação das ofertas educativas atendendo às especificidades da população escolar.
- Incrementar a intencionalidade pedagógica no planeamento do processo de ensino, aprendizagem e avaliação.
- Incrementar a participação efetiva das famílias e EE na vida escolar dos seus educandos nas diferentes vertentes que a compõem.
- Apostar nas parcerias/ projetos/atividades com entidades locais.
- Generalizar práticas pedagógicas de referência existentes no AEPPN, mas ainda muito alocadas a um grupo restrito de docentes, e incentivar à experimentação de outras práticas de sucesso validadas e partilhadas em contextos externos promovidos pela formação e por encontros promovidos pelas diferentes estruturas do ME.

- Garantir equipamentos e serviços escolares potenciadores de uma educação inclusiva.
- Melhorar a qualidade do serviço educativo prestado nos diferentes indicadores e no âmbito da educação inclusiva. Qualidade da educação não é exclusivamente medida por indicadores quantitativos de sucesso que assentam quase em exclusivo nos resultados (classificações) escolares. O conceito de qualidade é atualmente mais complexo e plural, de perfil humanista, que acolhe outras dimensões, nem sempre mensuráveis, como o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver em comunidade e aprender a ser.
- Combater os índices de indisciplina, absentismo e abandono escolar numa abordagem holística, integrada e humanista operacionalizada através das ações estratégicas de Intervenção TEIP, dos planos de ação dos serviços especializados nas áreas da intervenção psicológica, da envolvência com a comunidade educativa, do desenvolvimento vocacional e da aplicação do modelo disciplinar pedagógico do Agrupamento.

Autoavaliação

- Melhorar os aspetos organizativos da equipa de autoavaliação interna.
- Aprofundar a cultura de autorregulação e reorientação sistemática das ações decorrentes da autoavaliação.
- Aumentar o impacto da monitorização efetuada pela equipa, e expressa nos documentos que produz, nas decisões organizativas e pedagógicas tomadas em prol dos alunos no âmbito de uma educação inclusiva de qualidade.

8. Operacionalização do PE

8.1 Instrumentos de Operacionalização

O Projeto Educativo é um documento orientador da vida do Agrupamento que explana a missão e o rumo da comunidade educativa, sendo operacionalizado por um conjunto de documentos estruturantes, que poderão ser reformulados e/ou substituídos em função do contexto educativo nacional ou do Agrupamento, a saber:

Regulamento Interno (RI) – Estabelece o regime de funcionamento do Agrupamento e define os direitos e deveres de cada um dos membros da comunidade;

Plano Anual de Atividades (PAA) – Documento de planeamento, no qual são definidas, em função do Projeto Educativo, as atividades a desenvolver.

Plano de Formação (PF) – Documento que pretende dar resposta a um conjunto de necessidades de formação que os diversos intervenientes identificaram como aspetos fundamentais no seu desenvolvimento ético e profissional, bem como no desenvolvimento organizacional do Agrupamento.

Relatório de Autoavaliação (RA) – Documento que tem como objetivos principais promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da organização da escola e dos seus níveis de eficiência e eficácia através da monitorização e do acompanhamento anual que realiza e se materializa nos relatórios que produz.

Plano de Recuperação das Aprendizagens - Escola+ (PRA) – Plano que define as ações que visam a recuperação dos défices de aprendizagem dos alunos do ensino básico e secundário, decorrentes da pandemia da doença COVID-19.

Plano TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) - O Programa TEIP desempenha um papel crucial no Agrupamento desde 2012, sendo indispensável para lidar com as especificidades do nosso território. Diariamente o AEPPN enfrenta desafios decorrentes das condições socioeconómicas das famílias, a baixa escolaridade dos encarregados de educação e, consequentemente, da pouca valorização da escola

por parte da comunidade, aliados à constante chegada de estrangeiros, muitas vezes não fluentes na nossa língua. Responder a estas diversas necessidades com eficácia é fundamental. Assim, são objetivos prioritários do TEIP: garantir a inclusão de todos os alunos; melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; o operacionalizar o perfil dos alunos; promover o exercício de uma cidadania ativa e informada; e prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos.

O compromisso de todos (docentes, não docentes, alunos, famílias e encarregados de educação e parceiros) é fundamental para que as metas TEIP definidas no plano sejam alcançadas anualmente.

Programa de Digitalização para as Escolas (PADDE) - No âmbito da transformação digital (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020) o AEPPN estabeleceu como prioridade a integração das tecnologias digitais nas suas rotinas, tanto em contexto pedagógico como organizacional e tecnológico.

Neste sentido, foi elaborado o Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital (PADDE), a partir do referencial identificado na SELFIE (Self-reflection on Effective Learning by Fostering the use of Innovative Educational technologies), que agrega as áreas do DigCompOrg nas seguintes dimensões: dimensão organizativa, dimensão pedagógica e dimensão tecnológica e digital. Também envolvendo vários intervenientes, foram definidas no plano as áreas prioritárias e a estratégia global de desenvolvimento, suportada pelo digital.

O PADDE tem por base o quadro conceptual dos documentos orientadores desenvolvidos pela Comissão Europeia, designadamente o DigCompEdu e o DigCompOrg. É um instrumento estratégico aberto e em permanente atualização, orientador e facilitador da adaptação e implementação das tecnologias digitais no envolvimento profissional contínuo, nos processos de ensino, de aprendizagem e de avaliação promotor qualidade do sucesso educativo de todos os alunos, bem como, de apoio ao Agrupamento na reflexão e definição de estratégias que permitam a exploração do potencial do digital integrando-o de forma holística na organização.

Internacionalização através do Programa ERASMUS+ - Programa europeu para a educação, formação, juventude e desporto e visa potenciar o desenvolvimento pessoal e profissional

de todos os cidadãos, para o reforço da identidade europeia, do crescimento sustentável, da coesão social e da empregabilidade das pessoas.

Promove o trabalho das organizações no âmbito de parcerias europeias ou internacionais com um vasto leque de intervenientes e fomenta a partilha de conhecimento e a inovação nas áreas da educação, com incidência na inclusão social, nas transições ecológica e digital e na promoção da participação dos jovens na vida democrática. O AEPPN na sua estratégia de internacionalização, integra este programa desde 2015, como meio de promoção de oportunidades de enriquecimento pessoal, técnico e cultural, através do intercâmbio entre escolas, pares e entidades. A partilha de ideias, conhecimentos e experiências com outros profissionais de ensino de todo o espaço europeu enriquece as dinâmicas internas e possibilita uma resposta mais eficaz aos principais desafios e necessidades do Agrupamento nas áreas da inclusão e equidade, sustentabilidade e responsabilidade ambiental, educação digital e participação ativa no espaço europeu. Enquanto comunidade aprendente, o contributo do Erasmus é determinante para pensar e projetar o futuro a nível global de forma sustentada.

Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) – O AEPPN integrou no ano letivo 2023/2024 a REEI, iniciativa conjunta do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), do Ministério da Educação através da Direção-Geral da Educação (DGE) e da Fundação Aga Khan Portugal (AKF) e tem como objetivo a criação de uma rede de partilha de práticas entre estabelecimentos públicos de educação e ensino e de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, visando educação intercultural.

Plano Cultural de Escola – O plano do AEPPN enquadra-se no Plano Nacional das Artes (PNA) e tem como objetivo facilitar o acesso às artes da comunidade educativa e em particular dos alunos. Deste modo, pretende-se promover a participação, fruição e criação cultural, numa lógica de inclusão e aprendizagem ao longo da vida. O PNA procura incentivar o compromisso cultural das comunidades e organizações e desenvolver redes de colaboração e parcerias com entidades públicas e privadas. O PNA incorpora três princípios estratégicos "Política Cultural", "Capacitação" e "Educação e Acesso" , neste último insere-se o desenvolvimento do Projeto Cultural de Escola, cuja programação cultural surge adaptada ao

contexto da nossa região, procurando dinamizar redes de colaboração e parcerias com diversas entidades, nomeadamente a autarquia, as estruturas artísticas e a comunidade educativa.

Plano de Desenvolvimento Pessoal e Social e Comunitário - Enquadram-se nas medidas de apoio ao acompanhamento dos alunos no regresso às aulas presenciais, visando o acolhimento dos alunos, o reforço das suas aprendizagens, a dinamização de atividades promotoras de bem-estar psicológico, o fomento de competências sociais e a interação com a comunidade. Neste sentido, o plano que abrange a Educação Pré-escolar e os 1º e 2º anos do 1º CEB desenvolve o projeto "1, 2, 3, Uma palavra de cada vez".

9. Orientação estratégica

O desafio da educação obriga-nos a olhar para "a escola como uma instituição com autonomia, assumindo-se como um projeto educativo com a finalidade de transmitir e garantir a construção de saberes, procedimentos, valores, atitudes e competências, consideradas como indispensáveis para o desempenho dos diferentes papeis sociais" (Alcoforado, 2020). Esta visão contribui para uma cultura da escola assente na integração, partilha, comunhão dos objetivos, compromisso e valores da organização promotoras do sucesso escolar no âmbito:

Inclusão

Garantir o acesso à educação inclusiva de qualidade e equitativa, através da promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos em prol da plena inclusão social, constitui uma das prioridades da sociedade democrática. Fundamenta-se esta ação no direito de cada criança e aluno a uma educação inclusiva e de qualidade que responda às "suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social" (Preâmbulo, Decreto-Lei n.º 54/2018).

A educação inclusiva assenta na valorização da diversidade das crianças e alunos nas escolas e nos ambientes de aprendizagem, ao reconhecimento das contribuições que todos trazem para os ambientes educativos, independentemente das suas origens, caraterísticas ou capacidades, proporcionando oportunidades reais de aprendizagem de qualidade para todos, nomeadamente para crianças e alunos em situação de vulnerabilidade e/ou em risco de exclusão social.

Perfil dos alunos e Cidadania

O *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PA) visa a promoção da melhoria da qualidade da aprendizagem e o sucesso de todos os alunos no final dos 12 anos de escolaridade obrigatória, de modo a assegurar a qualidade da educação inclusiva possibilitadora da aprendizagem ao longo da vida, envolvendo currículo e educação para a cidadania, de uma forma intencionalmente integrada.

Assim, pretende-se que os alunos desta geração global construam uma cultura científica e artística de base humanista que mobiliza valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável.

Aprendizagens essenciais (AE)

AE são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o denominador curricular comum, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. A componente do referencial curricular expressa a tríade de elementos — conhecimentos, capacidades e atitudes — ao longo da progressão curricular, explicitando: (a) o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados concetualmente, relevantes e significativos); (b) os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender); (c) o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina — na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas —, num dado ano de escolaridade. Tudo isto integrado no ciclo respetivo e olhado na sua continuidade e articulação vertical, ao longo da escolaridade obrigatória.

Avaliação Pedagógica

O objetivo da avaliação é o acompanhamento, monitorização, responsabilização e autorregulação das aprendizagens, pressupondo uma metodologia processual, contextualizada, assente na informação rigorosa e sistemática sobre o desempenho do aluno. Fornece assim, ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e demais intervenientes no processo educativo, informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria, permitindo, deste modo, a revisão do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as AE, que constituem orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competência inscritas no perfil dos alunos.

A avaliação ao serviço das aprendizagens fornece ao professor, ao aluno, às famílias, aos pais ou encarregados de educação informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.

Na avaliação devem ser utilizados procedimentos, técnicas e instrumentos diversificados e adequados às finalidades, ao objeto em avaliação, aos destinatários e ao tipo de informação a recolher, que variam em função da diversidade e especificidade do trabalho curricular a desenvolver com os alunos.

As informações obtidas em resultado da avaliação permitem ainda a revisão do processo de ensino e de aprendizagem e da avaliação.

A *avaliação formativa* é a modalidade predominante, pois integra os processos de ensino, visando garantir a qualidade da aprendizagem. Assume caráter contínuo e sistemático e pressupõe um feedback de qualidade e oportuno a todos os intervenientes. Recorre a uma variedade de processos de recolha de informação (por exemplo, relatórios, entrevistas, trabalhos orais e escritos, apresentações, role-plays, etc.), adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem. Assim, a informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas, obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A *avaliação sumativa* tem caráter pontual, acontecendo após os processos de ensino, podendo ter ou não finalidades de classificação, isto é, também permite que sejam feitos pontos de situação ou sínteses sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, a qualidade das mesmas e os percursos para a sua melhoria.

A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre a aprendizagem realizada pelos alunos ao longo de um período de tempo e tem geralmente como objetivos a classificação e certificação. A avaliação sumativa com efeitos classificatórios traduz a necessidade de, no final de cada período letivo, informar alunos e encarregados de educação sobre o estado de desenvolvimento das aprendizagens e a tomada de decisão sobre o percurso escolar do aluno. Assim a avaliação sumativa é complementada pela realização de provas finais de ciclo, nos termos dos artigos 25.º, 28.º, 29.º e 30.º, podendo processar-se ainda através da realização de provas de equivalência à frequência, nos termos do artigo 24.º da portaria 223-A/2018 de 3 de agosto.

A avaliação formativa e a avaliação sumativa complementam-se, mas não se devem confundir uma com a outra, visto terem naturezas e propósitos distintos e ocorrerem em fases diferentes do processo. Ambas envolvem uma recolha de informação de qualidade, distinguindo-se apenas pela utilização que se dá aos resultados. O mesmo processo, técnica ou instrumento de recolha de informação, por exemplo, teste, pode ter utilização formativa ou classificativa, sendo em ambos os casos avaliação sumativa, se for aplicado no final de um processo de ensino.

O *feedback* é o principal elemento da avaliação formativa, devendo estar também presente em situações sumativas. O feedback fornece ao aluno as informações necessárias para que se situe na aprendizagem e o que precisa de saber para melhorar, bem como, lhe dá ferramentas de autorregulação. A *autorregulação* é um processo formativo, em que os alunos dão a si próprios feedback das suas aprendizagens, percebendo quais são os seus pontos fortes e fracos, quais as suas dificuldades, questionando-se sobre o que fazer para melhorar.

O Referencial de Avaliação fundamenta-se nos princípios da transparência, da melhoria da aprendizagem, da integração curricular, da positividade e da diversificação.

Princípio da Transparência - Os critérios, as finalidades, os procedimentos, os momentos, os intervenientes e os processos de recolha de informação no processo de

avaliação devem ser, desde o início, conhecidos por todos os intervenientes. A avaliação deve ser simples, rigorosa, transparente, credível e compreendida por todos.

Princípio da Melhoria das Aprendizagens - A avaliação deve ser entendida como uma parte do processo educativo, que visa a melhoria das aprendizagens. A avaliação formativa surge como a modalidade principal de avaliação tendo como objetivo melhorar a qualidade da aprendizagem.

Princípio da Integração Curricular - A avaliação é um processo que tem de estar intrinsecamente articulado com o desenvolvimento do currículo. As atividades são selecionadas com o propósito do professor ensinar, do aluno aprender e de ambos avaliarem (o ensino por parte dos docentes e da aprendizagem por parte dos alunos). Pretende-se que as tarefas propostas permitam ir mais além do que a aquisição de conhecimentos, desenvolvendo saberes, capacidades e aprendizagens no domínio do desenvolvimento pessoal e social.

Princípio da Positividade - Pretende-se que os alunos tenham reais oportunidades de mostrarem o que sabem. Deste modo, faz sentido a diversificação dos processos de recolha de informação para que todos os alunos, nas suas múltiplas inteligências, possam mostrar as capacidades, as atitudes e os saberes que possuem.

Princípio da Diversificação - Dada a complexidade da avaliação, e numa tentativa de fazer um retrato o mais completo e rigoroso possível sobre o que os alunos sabem e sabem fazer, deve-se diversificar os processos de recolha de informação (e dentro destes diversificar as técnicas e os instrumentos), os intervenientes (alunos, pais e encarregados de educação, professores e outros) e os contextos. Para garantir o rigor da avaliação é necessária esta triangulação entre processos, intervenientes e contextos.

10. Divulgação

O presente Projeto Educativo após aprovação pelos órgãos competentes, deverá ser divulgado a todos os membros da comunidade educativa e editado em formato digital, na página da internet e em suporte de papel nos serviços administrativos do agrupamento.

11. A monitorização e avaliação do projeto educativo do Agrupamento

Segundo Clímaco (2005) a avaliação contribui para explicar as regularidades e irregularidades dos comportamentos do objeto de estudo, dentro de determinados parâmetros, bem como para o aperfeiçoamento ou progresso dos objetivos avaliados, quer se trate de indivíduos, programas, projetos ou organizações.

Compete à equipa de autoavaliação definir um plano de trabalho enquadrado na legislação em vigor e implementar os procedimentos de avaliação interna que acompanham avaliam e monitorizam periódica e anualmente a operacionalização do Projeto Educativo.

O plano de ação da autoavaliação interna que tem como modelo o quadro de referência da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), atualizado em março de 2023.

A informação permitirá à Direção e ao Conselho Pedagógico analisar, refletir e tomar decisões, organizativas e pedagógicas, ajustadas às necessidades do Agrupamento.

12. Parecer e Aprovação

Parecer do Conselho Pedagógico

Data: 27/05/2024

Aprovação pelo Conselho Geral

Data: 19/06/2024